

# Para além da rejeição da legalização do aborto: uma quarta vaga feminista na Argentina?

*Entrevista com Dora Barrancos e Dolores Fenoy, por Fanny Gallot e Bettina Ghio, da revista Contretemps.*

---

A 8 de agosto de 2018, o Senado rejeitou finalmente a proposta de lei para a legalização do aborto na Argentina, apresentada pela Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Gratuito e Seguro[1]. Crer na derrota das centenas de milhar de mulheres que se mobilizaram seria reducente. Como assinalava a militante feminista Dolores Fenoy mesmo antes da votação: «O movimento continuará, aconteça o que acontecer. Estaremos, sem dúvida, mais tristes, teremos menos energia, mas nunca, nunca estaremos desmoralizadas e muito menos desmobilizadas». Desde então, uma série de textos circulam nas redes sociais asseverando a sua vitória: «ganhamos»[2].



Com efeito, trata-se de uma vaga de fundo feminista que inunda o país; vários editorialistas argentinos falaram inclusivamente de uma «revolução das filhas», porque as jovens dos 13 aos 20 anos constituem a força motriz deste movimento: «As jovens que ocupam maioritariamente as ruas, as escolas, os subterrâneos (dos transportes), os coletivos, as praças, os almoços de família, as redes sociais, têm menos de 25 anos de idade»[3]. No dia 13 de junho foram um milhão as que fizeram vigília em frente ao Congresso, quando os deputados iam pronunciar-se sobre o projeto de lei. No dia 1 de agosto organizaram, por exemplo, uma operação em rede no metro de Buenos Aires e cada linha evocou um aspeto fundamental para a mobilização: «A linha A apresenta a reivindicação da lei a partir de um ponto de vista dos direitos humanos, exigindo o direito a decidir sobre o nosso próprio corpo»; «a linha D exige educação sexual integral[4] para descobrir a pílula anticoncepcional em toda a sua conveniência e o aborto legal, para decidir em plena liberdade e para construir um mundo habitável para todas e todos». Esta ampla mobilização surge após a impulsão pelo *Ni una menos*, um coletivo de jornalistas e intelectuais que havia reunido cerca de 300 mil

argentinas na rua, a 3 de junho de 2015, para denunciar as violências machistas na esteira de uma vaga de femicídios no começo de 2015. Faz também parte de um processo com várias décadas marcado pelos Encontros Nacionais de Mulheres, que se reúnem todos os anos numa cidade diferente do país e mobilizam cada vez mais participantes: foram 100 mil em Rosario em 2016, por exemplo. Por fim, esta vaga feminista argentina não é um fenómeno isolado, já que serviu como ignição em todo o continente e para além dele: o Chile também teve manifestações muito importantes, com intercâmbios regulares de militantes entre ambos os países; da mesma forma, formam-se coletivos no México[5]; a greve feminista de 8 de Março de 2018 foi histórica no Estado Espanhol.

*Contretemps* esteve em Buenos Aires durante vários dias antes da votação no Senado. Aí tiveram lugar duas entrevistas que permitem perceber a construção e a orientação do movimento feminista atual: uma com Dolores Fenoy e outra com Dora Barrancos. Além disso, logo após a votação, fizemos algumas perguntas a estudantes universitárias e do ensino secundário implicadas no movimento.

---

**Dolores Fenoy é militante feminista há mais de 30 anos. Psicóloga de profissão, é coordenadora da 0800, uma linha telefónica começada pelo Ministério da Saúde, há quase 19 anos. Participa desde o início na Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Gratuito e Seguro.**

**Contretemps: Em que consiste exatamente o 0800?**

**Dolores Fenoy:** O 0800 é o único sistema de assistência telefónica do Ministério

da Saúde. Trata-se de uma linha telefónica gratuita centralizada que responde com sigilo às chamadas da população de todas as províncias do país. Além disso, há sete anos que existe uma linha específica para a saúde sexual e reprodutiva. Através desta linha, respondemos a todos os pedidos de informação, fazemos aconselhamento, assistência e apoio e fornecemos, é claro, informações sobre tudo o que diga respeito à saúde sexual e reprodutiva. Esta linha depende do Programa Nacional de Saúde Sexual e Procriação Responsável, que existe na Argentina desde 2002[6]. Informa-se sobre os diferentes meios contraceptivos, que depois são propostos gratuitamente às mulheres. Este serviço destina-se, em particular, a pessoas que dependem exclusivamente do sistema de saúde público. Denote-se que, na Argentina, existem três subsistemas de saúde: o público, o privado (chamado *prepagas*, com taxas muito elevadas) e o das Obras Sociais (mutualistas), que se aplica unicamente aos funcionários. Assim, esta linha telefónica atende as populações que não estão adstritas à Obra Social, e ainda menos ao setor privado. Fornecemos todas as informações que as pessoas precisam e lidamos, claro, com muitas situações de gravidezes indesejadas. Até agora, tratava-se apenas de casos de perigo para a vida ou a saúde da mulher grávida ou de violação[7]. No entanto, desde que o debate foi lançado em março passado, quando se apresentou o projeto de lei de 2018 graças à Campanha, o número de chamadas relacionadas com a interrupção voluntária da gravidez aumentou significativamente. Processamos todos estes pedidos e, no próprio dia, transmitimos a informação da Direção de Saúde Sexual da Nação, que encaminha imediatamente a pessoa em questão para um serviço de saúde próximo do seu domicílio, onde a tendem e tratam adequadamente e com o respeito que lhe é devido. É então que se percebe se a petição encaixa ou não nos pressupostos previstos na legislação vigente. Apesar de toda esta logística, há muitos obstáculos, por isso seria mais fácil se tivéssemos uma lei que legalizasse o aborto. Com efeito, há profissionais de saúde que se negam a atender estas mulheres; outros tentam fazer com que o tempo passe, pedindo exames inúteis ou consultas com psicólogos igualmente inúteis. Face a qualquer pedido de aborto, há que ter em conta não só o risco para a saúde física da mulher, mas também para a sua saúde psicológica. Além disso, na maioria dos casos de gravidezes não desejadas de mulheres menores, essas gravidezes resultam de violência sexual, muitas vezes dentro da própria família, e esta situação está contemplada na legislação vigente, pois trata-se de uma violação.

## **C: Como começou a Campanha?**

**DF:** A Campanha tem treze anos de vida ativa e nasceu a partir dos Encontros Nacionais de Mulheres, que existem no nosso país há 33 anos. No começo da década de 1990, por ocasião de um desses encontros, a advogada e companheira Dora Coledesky, que acabava de voltar do seu exílio em França, levantou a questão da luta pelo direito ao aborto. Naquela época não havia nenhuma medida pública em matéria de saúde ou de educação sexual, e não se distribuía contraceptivos. No início, portanto, parecia-nos impossível alcançar a legalização do direito ao aborto, sendo que nem sequer tínhamos acesso à contraceção! Por isso nos pareceu lógico reivindicar esta num primeiro momento e lutar depois pelo direito ao aborto. Dora foi a pioneira, o germen desta luta na Argentina. Depois, no âmbito dos Encontros, organizaram-se oficinas para discutir o direito ao aborto, para debater em particular as estratégias possíveis para alcançá-lo. No final da década de 1990, criamos uma Comissão pelo Direito ao Aborto, mesmo que no interior dos Encontros Nacionais continuasse a haver espaço para discutir sobre esta temática. Foi assim que, em 2005, se criou a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Gratuito e Seguro, que desde então não tem parado de crescer.

## **C: E o impacto do movimento *Ni una menos*?**

**DF:** Esse movimento surgiu muito mais tarde. Foram os Encontros Nacionais que contribuíram o essencial da massa crítica; são o pilar, o cimento que permitiu assentar as bases para tudo o resto. *Ni una menos* não existiria se antes não tivessem existido todas as discussões e o trabalho no seio dos Encontros. É um movimento que aparece em 2015 em resposta a um novo caso de femicídio que funcionou como a gota de água de todos os restantes assassinatos de mulheres e de raparigas. Houve uma manifestação impressionante, mesmo que o movimento de mulheres e feminista sempre tenha sido forte na Argentina e tenha uma longa história de lutas. Por exemplo, em 1982, ainda sob a ditadura militar, um grupo de mulheres reivindicou o direito ao prazer sexual feminino frente ao Congresso da Nação. Com a volta de democracia, em 1983 trabalhámos sobre a violência exercida contra as mulheres, lutámos pelo restabelecimento do poder parental

partilhado em 1985 e depois pelo direito ao divórcio em 1987.

**C: Como se chega então à proposta deste projeto de lei sobre o direito ao aborto? É graças à Campanha?**



**DF:** O projeto de lei foi redigido no âmbito da Campanha, mas não foi o primeiro, já que se trata da sétima apresentação do projeto na Câmara dos Deputados. É apresentado a cada dois anos. É uma questão de tempos parlamentares, já que na Argentina metade dos lugares são renovados a cada dois anos.

**C: Mas por que razão o debate teve tanta ressonância desta vez?**

**DF:** Porque houve um trabalho transversal monumental. Abriram-se cátedras universitárias, tentou-se propagar e suscitar o debate de uma forma consistente em todos os meios. Também interviemos nas escolas secundárias. A Campanha engloba umas 500 organizações de mulheres, presentes em todas as províncias do país. Num primeiro momento, ficámos desmoralizadas com a mudança do governo, julgámos que nada havia a fazer. No entanto, para nossa surpresa, a 1 de março, que é o dia de abertura da atividade parlamentar, o presidente Mauricio Macri autorizou o debate sobre o projeto que apresentámos.

Há diferentes formas de interpretar esta atitude. Não há dúvida de que o presidente abriu o debate - pese embora ele pessoalmente ser contra o direito ao aborto -, porque viu nele uma espécie de cortina de fumo para esconder todos os problemas políticos e económicos pelos quais a Argentina está a passar. Nunca acreditámos que fosse por convicção pessoal ou política. De qualquer maneira, isto foi possível graças ao feminismo, ao movimento social das mulheres, porque mais cedo ou mais tarde a questão do aborto tinha de ser debatida.

Foi um dos projetos mais trabalhado coletivamente e que mais consenso reuniu dentro do movimento feminista. Foi redigido em colaboração com um grupo de advogadas, médicas, psicanalistas e psicólogas de todo o país e de companheiras que tinham experiência no assunto; depois foi discutido em plenários da Campanha. Esses plenários, que eram frequentados por companheiras de todas as províncias, realizam-se uma vez por mês ou são convocados com carácter de urgência. Uma das companheiras indispensável para a redação do projeto é a jurista Neli Minyersky, que tem 89 anos e é uma das corredoras da reforma do Código Civil do país. Tem presença constante, ainda, nas manifestações e concentrações. Uma vez apresentado o projeto, era necessário obter um determinado número de subscrições de deputados e deputadas e, para esse fim, trabalhar com a oposição, algo que para nós não representava necessariamente um obstáculo, já que a nossa luta é transversal. Assim, umas 25 companheiras de diferentes setores reuniram-se para discutir a estratégia política a seguir para trabalhar mais tarde com os e as deputadas. Com assinalável perseverança, algumas companheiras dedicaram-se à Campanha e, em particular, à recolha de assinaturas. Em ocasiões anteriores, muitos deputados e deputadas negavam-se a assinar, mas este ano não foi o caso. O projeto foi apresentado com a subscrição de 72 deputadas e deputados de perfis muito diversos, pertencentes a diferentes correntes políticas. Esse foi o projeto debatido no Congresso a 13 de junho e depois no Senado a 8 de agosto deste ano.

**C: Se o Senado não validar o projeto, que consequências terá isso para o movimento de mulheres?**

**DF:** O movimento continuará, aconteça o que acontecer. Ficaremos tristes, sem dúvida, teremos menos energia, mas nunca, nunca ficaremos desmoralizadas e muito menos desmobilizadas. Como em muitos outros países, as mulheres na

Argentina têm uma grande tradição de mobilização, de lutas, de conquistas, mas nunca obtivemos nada à primeira, sempre tivemos que lutar, nunca nada nos foi dado. Construimo-nos com esta história de luta e sentimo-nos muito fortes, e mesmo que o Senado rejeite o projeto de lei, nem tudo está perdido.

**C: Existem, certamente, debates sobre a estratégia dentro da Campanha...**

**DF:** Um dos principais debates é sobre o que vamos ou não negociar em relação à lei. Há também outros debates mais relacionados com a própria mobilização, como e onde organizar concentrações, se frente ao Senado ou à residência presidencial, como conseguir maior adesão da próxima vez, etc. Há um grupo muito grande de jovens que estão na ação concreta, que tratam das palavras de ordem, de pintar a cara, de encontrar lenços verdes, etc. Existem grupos distintos, mas, de uma forma geral, as decisões tomam-se por consenso. A Campanha caracteriza-se pela sua transversalidade, não há dirigentes nem figuras em destaque.





### **C: Onde fazem as reuniões, nos locais de trabalho, nas escolas?**

**DF:** Intervimos através de debates abertos nas escolas secundárias, a pedido Centros de Estudantes[8], assim como de alguns sindicatos, e nas universidades. No entanto, a articulação entre as companheiras acontece sobretudo a partir das redes sociais, que nos permitem aceder rapidamente a informações, estatísticas sobre mortalidade materna, etc., e, claro, organizar encontros como as *mareas verdes*[9], por exemplo.

### **C: Existe lei de educação sexual na Argentina?**

**DF:** Sim, a Lei de Educação Sexual Integral foi promulgada em 2006 e implementada a nível nacional em 2014. Este hiato de 8 anos sem implementação demonstra o simbolismo e a propaganda que foram algumas leis no período kirchnerista, e porque no debate sobre o aborto o argumento da falta de educação quase não foi usado pelos opositores à legalização do aborto ou por aqueles que votaram a favor da gestão anterior. Por outro lado, esta lei não exige um orçamento elevado, já que o Ministério da Educação envia material impresso. No entanto, este material nem sempre é distribuído nas escolas, devido aos obstáculos impostos pelos governos provinciais e pelas igrejas. Por exemplo, há províncias muito conservadoras que nunca o distribuíram, como, por exemplo, a província de Tucumán, que atualmente se quer declarar *província pró-vida*. Existem no país obstáculos culturais e religiosos profundamente enraizados na sociedade. E ao mesmo tempo é muito hipócrita, porque é nessas províncias do norte argentino, que são as mais conservadoras e rígidas, onde a igreja católica - embora não só, pois também há igrejas evangélicas - tem muito peso, que a percentagem de gravidezes de jovens com menos de 15 anos é mais elevada. É também nessas províncias que o número de femicídios e de violações é mais elevado[10]. Na província de Salta, por exemplo, em vez de ser divulgada a educação sexual integral do Ministério da Educação, levam a cabo um programa escolar ditado pela Igreja Católica, o qual se aconselha, entre outras coisas, não ter relações sexuais antes do casamento.

**C: Como explicas a abertura da Argentina em determinadas questões que dizem respeito à sexualidade, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo há já alguns anos, e este fechamento em relação ao aborto?**

**DF:** Boa pergunta. Embora algumas de nós, as feministas, o sintamos como uma injustiça, em 2012 apoiámos, evidentemente, o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e a lei de identidade de género. Creio que há questões estruturais e culturais na nossa sociedade que são muito fortes e que uma delas - embora este não seja um caso especificamente argentino, é uma questão mundial - é que as mulheres são produtoras de crianças e asseguram e reforçam a mão de obra do sistema capitalista. O controlo social do corpo da mulher data do começo da história da humanidade, e a nossa capacidade de gerar é o último bastião que o patriarcado tem sobre os nossos corpos, a nossa autonomia, as nossas decisões de podermos escolher ser ou não mães. Há ainda uma visão romântica da maternidade, que sacraliza a mãe. Não obstante, ao mesmo tempo vemos mães abandonadas, que têm a seu cargo muitas crianças, que não têm emprego e que saem para ir trabalhar em pleno inverno com os seus filhos: nem essas mulheres nem os seus filhos têm qualquer proteção. Ou seja, há um duplo discurso e esta lei está prestes a perfurar os fundamentos do patriarcado, o desrespeito pela autonomia das mulheres. Com o casamento entre pessoas do mesmo sexo tratava-se de reconhecer os direitos de um grupo de cidadãos considerados de segunda, pois não tinham a possibilidade de legalizar as suas relações amorosas. Havia situações muito injustas: se um membro do casal estava doente, o outro não tinha direito a acompanhá-lo, porque não era considerado membro da família.



### **C: Porquê o lenço verde?**

**DF:** É fruto do acaso. Num dos Encontros Nacionais de Mulheres, que terminou com um ato massivo, a Campanha precisava de um símbolo e foi então que apareceu o lenço verde. Faz lembrar o lenço branco das Madres de la Plaza de Mayo[11] - apesar de o colocarmos ao pescoço e não na cabeça, como as Madres - , um símbolo que é reconhecido pela sociedade argentina. Não queríamos a cor lilás nem nenhuma outra cor que já tivesse sido utilizada pelos partidos políticos ou pelos sindicatos. O verde aparece como marca da luta pelo direito ao aborto e, além disso, é a cor da esperança.

---

**Dores Barrancos (DB) é socióloga, historiadora e feminista. Publicou várias obras sobre a história**

**das mulheres na Argentina: *Las mujeres y sus luchas en la historia Argentina y Mujeres, entre la casa y la plaza*. Aceitou responder a algumas perguntas de *Contretemps*. Paula Lenguita (PL), que também é socióloga, também participa na conversa.**

**C: A mobilização a favor da lei do aborto supõe o aparecimento de uma nova geração feminista?**

**DB:** A mobilização das adolescentes ocorre principalmente nos grandes centros urbanos. Há diferenças entre a mobilização da capital e a da periferia, que é menos massiva, ainda que só o seja porque as manifestações acontecem aqui e é mais difícil e mais caro deslocar-se. É verdade que o que surpreende é a mobilização de jovens com menos de 17 anos, de 13 a 17 anos: esta é, sem dúvida, a faixa etária mais mobilizada.

**C: São jovens das classes populares?**

**DB:** Na sua maioria, são de classe média. As adolescentes das classes populares mobilizam-se mais nas suas escolas; as faculdades que estão em bairros populares são muito ativas, por exemplo. É mais difícil nos setores populares, já que neles as gravidezes podem ter outros impactos. Há a necessidade de análise. As gravidezes adolescentes não têm as mesmas repercussões nas classes populares, como demonstra Laura Pinero no seu livro *Felices por un rato: el embarazo adolescente desde la mirada de sus protagonistas*. Há nele a ideia de uma espécie de conforto, um paliativo, mesmo que seja paradoxal.

**C: Que relações existem entre o movimento *Ni una menos* e este?**

**DB:** *Ni una menos* é uma organização e este é um movimento plural. É verdade que a convocatória do *Ni una menos* deu origem a grandes manifestações desde a primeira vez e contribuiu também para a *Greve Internacional de 8 de Março* em 2017. Há um grande número de organizações ou proto-organizações e também há muitas mulheres que não estão organizadas.



**C:** **Falas das greves de mulheres do 8 de Março. Que podes dizer-nos a esse respeito?**

**DB:** Deu-se um momento de paralisação total, mas não durante todo o dia. O trabalho parou. Mas a aposta era também que se parasse o trabalho doméstico. Se nenhuma mulher trabalhar na sua casa, vamos para além da greve. No entanto, na verdade, isso aconteceu pouco. O que nos foi possível analisar foi o trabalho formal. Por exemplo, no CONICET parámos, não durante todo o dia, mas paramos uma ou duas horas, foi algo de extraordinário. Aconteceu no setor público; não tenho muito dados sobre a indústria e o comércio, acho que foi mais simbólico.

**PL:** Mas com grande resistência dos homens, inclusive militantes, e neste contexto não é fácil para as mulheres assumir esse compromisso, dar visibilidade a toda essa cadeia de trabalho doméstico. Houve todo um debate sobre a

presença dos homens nas manifestações: desde a primeira manifestação, as feministas não queriam que estivessem lá ou, em todo o caso, desempenhando um papel secundário.

DB: Houve grande resistência, mas hoje vemos mudanças nos discursos sindicais e políticos: «não se pode fazer política sem elas», e isto é realmente notável.

### **C: Como se inscreve o movimento atual na história do feminismo argentino?**

**DB:** As jovens falam da quarta vaga. A terceira vaga corresponderia ao questionamento do heterossexismo normativo e à aparição dos feminismos pós-coloniais (anos 2000/2010). A primeira vaga iria mais ou menos até à década de 1950 e a segunda até à de 1990; os tempos são um pouco diferentes dos da Europa e dos EUA devido à ditadura[12]. E é verdade, talvez estejamos perante uma quarta vaga, porque é a primeira vez que o feminismo alcança uma amplitude de massas: esta mobilização de massas é completamente nova. Além disso, as jovens pintam o rosto, é uma mobilização festiva: há uma resistência para lá da lei. “O meu corpo é meu”. Há, em grande medida, uma desconstrução da sexualidade normativa; até a negação da anatomia. As jovens têm muitas experiências diferentes, sem terem de recorrer à clandestinidade, e isso é parte da grande revolução presente. As suas referências não são tão categóricas quanto poderiam ter sido no passado do feminismo, quando havia regras estritas, e estes novos grupos que emergem parecem-me muito mais porosos.

### **C: E que dizer das Celeste, as antiabortistas que ostentam um lenço azul celeste?**

**DB:** Entre as celestes, algumas estão completamente submetidas à igreja católica ou evangélica. E ademais desta luta pelo direito ao aborto há também a questão da separação entre a Igreja e o Estado, que por sinal já se expressa com um lenço laranja[13].

---

**Martina (M), 14 anos, estudante no Colégio Nacional de Buenos Aires - prestigiada instituição de ensino secundário público da capital argentina -, Guadalupe (G) e Malena (Ma), 15 anos, alunas na Escola de Música Juan Pedro Esnaola em Buenos Aires.**

**C: Como se envolveram no movimento pelo direito ao aborto?**

**M:** Eu comecei a envolver-me nas questões feministas e principalmente no movimento pelo direito ao aborto há alguns meses, quando entrei para a escola secundária. A minha escola, em particular, é muito ativa nestas questões e todos e todas somos muito conscientes dos direitos que nos foram retirados, dos direitos pelos quais devemos lutar e porquê.

**G:** Participei no 8 de agosto e em todas as manifestações que houve pela legalização do aborto. A 13 de junho e a 8 de agosto saímos da nossa faculdade com as companheiras e fomos passar a noite à frente do Congresso. No 13 de junho, quando os deputados votaram a favor do projeto de lei, foi uma alegria imensa, uma emoção difícil de explicar, de ver todas as companheiras na luta e de ver como fazíamos história, isso impressionou-me muitíssimo. E o facto de o contar ainda me arrepia.

**Ma:** A minha escola participou tanto no momento da votação de 13 de junho como no de 8 de agosto. Tanto em uma como na outra, organizámos uma vigília diante do Congresso, assim como outras ações e manifestações ou cortes de estradas.



**C: Como se organizaram os debates e o movimento nas vossas escolas? Participam sobretudo raparigas ou também rapazes? O que vos pareceram esses debates?**

**M:** Na minha escola, especificamente, os debates sobre o feminismo são organizados por um coletivo chamado *Mulheres empoderadas*. Nesses debates pode intervir quem quiser, embora seja priorizada a palavra dos corpos gestantes.

**G:** O feminismo muda-me a vida. Falo no presente, e não no passado, porque a luta continua, embora ainda haja muito a fazer para desconstruir o que este sistema nos impõe, em partículas em questões de naturalização. O feminismo parece-me um belo movimento, o mais belo de todos, a capacitação, as discussões, os abraços, os risos e as lágrimas. Cada dia somos um pouco mais fortes e nada nos travará.

**Ma:** O debate sobre o aborto é uma discussão interessante, não só para que milhares de mulheres (e corpos gestantes) não morram ou se lesionem severamente por causa dos abortos clandestinos, mas também para que as mulheres possam decidir sobre os seus próprios corpos. É por isso uma luta fundamental para o movimento feminista e pessoalmente creio que não podes ser



feminista se não é a favor do aborto, pois ser feminista significa lutar pela igualdade de género. O movimento feminista está a acabar com o patriarcado. Somos uma massa imensa de mulheres que estamos fartas de ser oprimidas e entusiasma-nos participar neste momento histórico. Nunca mais nos calaremos.



**C: Como viveram os debates no Senado e a votação decisiva que acabou por derrotar este projeto de lei pelo direito ao aborto?**

**M:** Parece-me que todas e todos vivemos da mesma maneira a semana em que este projeto foi submetido a votação no Senado: na rua, a lutar por esta lei. Algumas senadoras e senadores ficarão na história por terem defendido o projeto de lei como se fosse a sua própria luta, lado a lado com o movimento de mulheres e de todas aquelas que estavam na rua e lutaram por este projeto. Mas sobretudo vimos como vários senadores ficarão na história por serem responsáveis pela morte de milhares de mulheres devido a abortos clandestinos.

**G:** Parece-me que os senadores votaram à luz da sua realidade, dos seus problemas, e basearam-se nos seus princípios, esquecendo por completo os corpos gestantes, a vida dos corpos gestantes. Uma vez mais, o homem quer e crê que tem poder sobre os nossos corpos. Acredito realmente que permanecem ancorados na pré-história, na Idade da Pedra, dos dinossauros. Mas, para sua desgraça, tenho a informá-los que nunca mais nos calaremos. O patriarcado

afundar-se-á e o feminismo vencerá.

## Notas:

1 - <http://www.abortolegal.com.ar>

2 - Mariana Carbajal, Ganamos, 09/08/2018, p. 12.

3 - Luciana Peker, La revolución de las hijas, 16/06/2018, p. 12.

4 - A Lei de Educação Sexual Integral foi promulgada em 2006 e implementada a nível nacional em 2014.

5 - Charles Delouche, "Le système patriarcal pèse sur les structures politiques", Libération, 07/08/2018.

6

- <http://feim.org.ar/2017/05/09/ley-25-673-de-creacion-del-programa-nacional-de-salud-sexual-y-procreacion-responsable/>

7 - Em março de 2012, o Tribunal Supremo declarou que o aborto em caso de violação ou de risco para a vida da mulher é legal e que basta uma declaração sob compromisso de honra de ter sido violada para autorizar um aborto legal. Estatuiu também que os governos provinciais deviam redigir protocolos para aplicação e aprovação de abortos legais em caso de violação ou de risco vital.

8 - Trata-se de organizações estudantis presentes em todas as escolas secundárias e universidades. A sua finalidade é representar os estudantes em cada estabelecimento perante as autoridades, garantindo os seus direitos, e lutar pela melhoria da qualidade do ensino. Em alguns casos, estão associados a um sindicato ou a uma organização política.

9 - Uma espécie de festa massiva na rua em que as manifestantes ostentam o lenço verde e empunham bandeiras da mesma cor.

10 - No debate no Senado, um senador de Salta disse coisas inqualificáveis sobre o que deve ou não ser considerado violação, descartando situações de abuso no interior da família:

<http://www.perfil.com/noticias/politica/las-declaraciones-mas-bizarras-durante-el-debate-en-el-senado.phtml>

11 - Desde os tempos da ditadura, as Madres de la Plaza de Mayo reúnem-se todas as semanas para reclamar justiça em relação aos seus filhos desaparecidos, assassinados, durante a ditadura.

12 - Trata-se da última ditadura militar na Argentina, de 1976 a 1983.

13 - Após a votação no Senado, Dolores Fenoy afirma que «entre as consequências da rejeição deste projeto de lei pelo direito ao aborto, a reivindicação da separação entre a Igreja e o Estado saiu reforçada. De imediato, no próprio 8 de agosto, reuniram-se assinaturas para pedir a apostasia da Igreja Católica. Trata-se de um movimento que ganha força e que é impulsionado pela Coligação Argentina por um Estado Laico (CAEL).

*Originalmente publicado por [Contretemps](https://www.contretemps.eu/argentine-avortement-quatrieme-vague-feministe/). Disponível em: <https://www.contretemps.eu/argentine-avortement-quatrieme-vague-feministe/>*

*Tradução: Rede Anticapitalista*